



**CICLO DE COMEMORAÇÕES DO 37º ANIVERSÁRIO
DA MORTE DE AMÍLCAR CABRAL**

Associação Guineense para a Paz e Democracia

Fundação Mário Soares, 20 de Janeiro de 2010

Senhor Presidente da Fundação Mário Soares, Senhor Presidente
Mário Soares, Excelência

Senhor Presidente da *Associação Guineense para a Paz e Democracia*
Distintos convidados

Senhoras e Senhores

Excelências,

É com a mais genuína humildade que me inclino perante vós para agradecer a confiança e testemunhar o profundo reconhecimento e a honra de hoje aqui, nesta casa de cultura e portanto de liberdade, me fazer e sentir parte desta homenagem a Amílcar Lopes Cabral.

Uma homenagem de facto sempre merecida, pela grandeza do homem que foi Amílcar, mas uma homenagem pertinente porquanto pertinente e de actualidade as formulações politico ideológicas de Cabral (os textos políticos de Cabral são ainda hoje e cada vez mais, temas de estudo e dissertação em grandes Universidades - Siracusa e Estocolmo); dizia Luís Moita (CIDAC) que, quando um homem

Intervenção do Engenheiro Domingos Simões Pereira,
Secretário Executivo da CPLP

consegue incarnar e exprimir o dinamismo de um povo, e mesmo de um continente inteiro, a sua voz perdura com enorme força.

Mais Pertinente, ainda por acontecer num momento particularmente importante para a nossa comunidade e para os povos que a compõem. Agradeço pois o convite que Associação Guineense para a Paz e Democracia me endereçou para participar nesta Conferência integrada no Ciclo de Comemorações do 37º Aniversário da Morte de Amílcar Cabral.

Os meus cumprimentos por nos proporcionarem mais um momento de introspecção sobre nós mesmos, sobre a nossa história e provavelmente ainda mais sobre o nosso futuro; mas também por terem escolhido este espaço que na verdade tem tudo a ver com o tema que me foi proposto desenvolver. Refiro-me certamente a todos os aspectos conhecidos do percurso político do Presidente Mário Soares mas com destaque para um. A dedicatória feita por este a Amílcar Cabral em 1972 afirmando a sua admiração e solidariedade, quando tentou transmitir cópia do seu livro “Portugal Baillonné” com um capítulo intitulado “a aventura colonial” e no qual defendia a abertura das negociações bilaterais imediatas, para o reconhecimento aos povos das colónias do direito à independência.

Falar de Cabral na sua relação com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa coloca certamente alguns desafios: desde logo, porque há pessoas bastante mais credenciadas e com autoridade para falar dos dois elementos do tema antes de os conjugarem, pessoas que conheceram Cabral, que com ele conviveram e que o estudaram. Queiram, por isso ter nas minhas palavras um simples testemunho, aliás fortemente remetidas às afirmações dessas autoridades; o segundo desafio tem a ver com o facto de Cabral ter sido Assassinado (Janeiro de 73) vinte e três anos antes da criação da Organização. Ou seja, pouco evidente que pudesse existir qualquer relação. Ter sido líder de um movimento nacionalista – para muitos a emanação de um sentimento contrário ao que instrui a criação da organização.

Os principais argumentos da minha apelação se baseiam fundamentalmente em três grandes elementos: Primeiro a própria biografia de Amílcar Cabral. Todo o percurso académico, profissional e político de Amílcar Cabral é uma constante afirmação da sua visão universalista e integradora: Casa dos Estudantes do Império, Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), O MPLA, A FRELIMO, O PAIGC.

Segundo, Cabral precisou desde cedo a verdadeira orientação da luta que dirigia, não tendo tido nunca dificuldades em identificar o Povo Português como parte do esforço comum de derrotar o regime então vigente. Cabral ensinou que combatia a ditadura colonialista mas não

o povo português, também oprimido pela mesma ditadura. Esta posição terá dado particular força à oposição democrática para se afirmar contra a guerra colonial, feita contra a vontade do povo português e solidária com a luta dos nacionalistas africanos que tanto contribuiu para a própria libertação de Portugal. Hoje, temos o direito, senão a obrigação de reconhecer que essa clareza de orientação terá estabelecido um marco determinante no reatar e fortalecimento das relações de amizade e cooperação entre os respectivos povos logo com advento da liberdade e independência.

Mas, mais que os textos políticos e as concepções teóricas, político ideológicas de Amílcar Cabral, o seu maior feito, foi a libertação dos povos e a independência da Guiné e de Cabo Verde o que ele identificou como um acto de cultura.

«...O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no facto de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes.

Como sucede com a flor numa planta, é na cultura que reside a capacidade (ou responsabilidade) da elaboração e da fecundação do germe que garante a continuidade da história, assegurando,

simultaneamente, as perspectivas da evolução e do progresso da sociedade em questão.

Quanto a nós, o fundamento da libertação nacional reside no direito inalienável que tem qualquer povo, sejam quais forem as fórmulas adoptadas ao nível do direito internacional, de ter a sua própria história.

A cultura, fruto da história, reflecte, a cada momento, a realidade material e espiritual da sociedade, do homem-indivíduo e do homem - social, face aos conflitos que os opõem à natureza e aos imperativos da vida em comum. »

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O percurso de Amílcar Cabral tem fortes marcas culturais, pedagógicas e políticas, tendo vivido, como homem, sempre em coerência com os seus ideais, agindo como líder de um movimento que almejava uma comunidade fraterna.

O pensamento de Amílcar Cabral e a sua acção influenciaram a Ciência Política na segunda metade do século passado, pois ao regressar à Guiné levava na bagagem não só uma visão do mundo como aldeia global, mas também a vontade de contribuir para a sua transformação no sentido da justiça e do progresso.

As suas ideias de reafricanização e universalização dos espíritos funcionaram como fios condutores da liberdade, com a finalidade concreta de melhoria quer das condições de vida das populações, quer das relações entre as pessoas, classes sociais e povos, de melhorar o bem-estar dos homens e mulheres, através do trabalho e da solidariedade.

Porém, Cabral foi mais além, e procurou espalhar estas ideias, de forma a que se pudesse tornar uma informação global, que se alargasse a todo o mundo.

Estes ideais de liberdade propagados por Cabral culminaram na declaração da independência dos povos africanos que aspiravam à soberania política e à condução do seu próprio destino, recuperando a sua história e a sua cultura de forma a afirmar a sua identidade.

Considerado visionário ao identificar o que ele chamou de “Dilema da Resistência Cultural”, denunciou a teoria da assimilação progressiva das populações nativas, pelo poder colonial, como uma tentativa de negar a cultura desses povos e de inviabilizar o progresso e os movimentos de libertação nacional.

Neste sentido, esta visão identitária africana projectou-se nos Países Africanos de Língua Portuguesa e na própria formação da CPLP, já que uma das utopias partilhada por Cabral era uma comunidade de países livres, independentes, unidos pela língua, pela História, pelos

próprios confrontos antigos e pelo combate comum contra o fascismo e o colonialismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Vejam que este desígnio de Cabral faria caminho bem mais tarde, com a criação da CPLP, cujos antecedentes descreverei com certo pormenor, dado que nem sempre são do conhecimento geral.

A partir da segunda metade do século XX, surge o primeiro embrião de uma organização de países de língua portuguesa - a “Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas” (FRAIN) criada em Janeiro de 1960, que viria, no ano seguinte, a transformar-se na “Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas” (CONCP) com o objectivo de unir os esforços dessas colónias no seu combate pela independência.

A experiência da CONCP inspirou, aliás, os Estados africanos saídos da luta pela independência a unirem-se no grupo dos Cinco, organização inter-governamental pioneira reclamando-se da língua portuguesa.

Consolidadas as independências das ex-colónias, várias figuras públicas passaram a promover a ideia de uma Comunidade unindo todos os países de língua portuguesa. Coube no entanto, em 1984, ao

então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama propor, num discurso pronunciado em Cabo Verde, a formação de uma Comunidade de Países da Língua Portuguesa.

Pequenos passos foram sendo dados nesse sentido, nomeadamente através de consultas e concertações no quadro multilateral, de que há a destacar a assinatura, em 1985, de um texto diplomático único em língua portuguesa da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do Mar. No ano seguinte criou-se a Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

O movimento estava em marcha, embora a diferentes velocidades em cada Estado. Por iniciativa do Presidente Sarney, do Brasil, que reuniu os Chefes de Estado e de Governo dos então sete países de língua portuguesa, foi criado em S. Luís do Maranhão o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, de onde nasceu o compromisso de se criar a Comunidade, tendo-se destacado a acção do então Ministro da Cultura do Brasil José Aparecido de Oliveira que, mais tarde, enquanto embaixador do seu país em Portugal e com o apoio entusiasta do então Presidente Mário Soares, se revelou personalidade chave para a concretização do projecto.

As dramáticas transformações que se registaram no mundo a partir de 1989 tiveram um efeito acelerador na criação da Comunidade. Multiplicaram-se os contactos diplomáticos e as discussões, com

destaque para as Mesas-Redondas Afro-luso-brasileiras para precisar os contornos da Comunidade.

Em Fevereiro de 1994, reuniram-se em Brasília os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos sete países de língua portuguesa, tendo decidido recomendar aos seus governos a realização de uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo para fundar a CPLP.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A CPLP nasceu num período conturbado para alguns dos seus membros. Moçambique saía de uma violenta guerra civil e em Angola ela continuava a ceifar vidas e a destruir o país. A situação social e económica dos restantes países africanos não era brilhante.

Mas a Comunidade nasceu sob o signo da esperança e do optimismo, no convencimento de que a sua constituição viria a trazer uma significativa contribuição para a resolução dos problemas com que se defrontavam os seus membros.

Quando, a 17 de Julho de 1996 os Chefes de Estado e de Governo dos sete países lusófonos “animados de firme confiança no futuro” decidiram constituir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, declararam fazê-lo “num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados”,

adoptando uma Declaração Constitutiva na qual ficaram consagrados os fundamentos da nova entidade, os seus pressupostos e os objectivos que se comprometeram a realizar.

A Declaração reconhece “os valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social” ao lado do respeito pela integridade territorial e a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as normas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e sua organização interna.

Na citada declaração, interpretando os apelos provenientes dos povos e respectivos países, os Chefes de Estado consideraram como imperativo: a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional identitária dos nossos países, reflectindo o relacionamento especial entre eles existente e proporcionando uma concertação e cooperação profícuas; promover a progressiva afirmação dos Países de Língua Portuguesa na cena internacional; e reafirmar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e cooperação, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus povos e para a afirmação e divulgação da língua portuguesa.

A Declaração sublinha o papel central da Língua Portuguesa enquanto “vínculo histórico e património comum” produto da convivência multissecular dos nossos países; como “meio privilegiado de comunicação e da criação cultural”, assim como da “projectão internacional dos valores culturais” dos povos falantes do português; como “fundamento de uma acção comum cada vez mais significativa e influente” no plano mundial; e como “instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais”, permitindo a cada um dos Países, no contexto regional próprio, interpretar interesses e aspirações comuns a todos.

A língua, o passado e experiências comuns, valores culturais e afectivos partilhados, geradores de um forte sentido de solidariedade e, bem assim, a adesão a princípios e opções humanistas universais, conjugam-se para dar consistência e expressão a um projecto ambicioso de fazer partilhar de um mundo melhor, todos os integrantes desta comunidade, possibilitando-lhes, em troca, criar sinergias susceptíveis de dar uma contribuição específica e concreta ao desenvolvimento universal.

Tendo como pano de fundo os pressupostos citados, os Fundadores da CPLP propuseram-se um leque de objectivos ambiciosos a prosseguir com a constituição da Comunidade:

- a) Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade, a fraternidade entre os Povos que tenham a Língua Portuguesa como referência identitária, designadamente através de medidas que facilitem a circulação dos seus cidadãos no espaço da CPLP e promover medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades emigradas, bem como o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;
- b) Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando instituições existentes ou a criar, nomeadamente o ILLP; incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa; promover formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais dos países membros, nos domínios da investigação e da sua valorização;
- c) Promover o alargamento da cooperação político-diplomática;
- d) No âmbito da cooperação de carácter social e humanitário, visando assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos países e em todo o Mundo; mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário a programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência; promover medidas visando a erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia; fomentar a melhoria das condições de vida da criança e seu

desenvolvimento harmonioso à luz dos compromissos internacionais, e reforçar a condição social da mulher, cujo papel é reconhecido como imprescindível para o bem-estar e o desenvolvimento das sociedades; e incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com ênfase na formação, cultura e desporto.

Os objectivos atrás enunciados revelam o propósito de dar corpo a uma visão inspirada por uma convivência de séculos que nos transmitiu a experiência necessária para criar um novo relacionamento entre os nossos povos, cientes da sua identidade mas com afinidades suficientes que nos impele naturalmente a uma colaboração fundada na solidariedade fraterna e ao mesmo tempo propiciadora de benefícios e oportunidades para todos os membros da comunidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Conto que estejam reconhecendo a evidente similitude de propósito entre os objectivos da CPLP e o pensamento e o percurso de Amílcar Cabral.

Não se cingiu pois à Guiné-Bissau e a Cabo Verde, e o próprio conceito de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mesmo que diferente da noção de comunidade lusófona, tem a marca de Cabral, e evolui para uma perfeita coincidência.

13

Intervenção do Engenheiro Domingos Simões Pereira,
Secretário Executivo da CPLP

O sentido de solidariedade de Amílcar Cabral, a sua plena consciência da unidade dos combates respectivos levaram a que tivesse um papel de relevo na criação e no reforço dos movimentos de libertação das outras colónias portuguesas. Ele tanto se sentia angolano em Angola, como moçambicano em Moçambique, quanto guineense e cabo-verdiano; sentia-se em casa, onde quer que se encontrasse. Eis porque injusta e desadequada a questão muitas vezes levantada sobre a verdadeira nacionalidade de Amílcar Cabral. Pela própria voz, ele afirmou ser um cidadão de África e do mundo.

Nas palavras de Amadou Mahtar M'bow, ex-Director Geral da Unesco, "a vida, o pensamento e a acção de Amílcar Cabral pertencem à história da África do século XX, no decurso do qual os seus povos se ergueram para pôr cobro ao sistema de dominação e exploração de que foram vítimas durante séculos. O mesmo adianta que "Cabral era um homem simples, com quem era agradável conversar. Intelectual de grande talento, visionário perspicaz, era também um realista, um pragmático, dotado de uma capacidade de organização sem igual. Tinha um espírito aberto, um pensamento claro que sabia exprimir sem dogmatismo, com uma sinceridade e uma convicção que forçavam a estima e o respeito, mesmo daqueles que não partilhavam todas as suas ideias.

Desse modo, ele conseguiu tecer uma rede de relações pelo mundo fora, nos meios políticos e culturais os mais diversos. As suas relações

com os dirigentes de estados com as ideologias mais opostas repousavam na confiança mútua, graças à qual muitos não hesitaram em apoiar o seu combate libertador.

A ética revolucionária tal como ele o concebia, afastava-o das intrigas e de qualquer oportunismo.

A ideia central de Amílcar Cabral, segundo o qual “é preciso pensar com as nossas próprias cabeças”, esteve subjacente a todas as concepções e a todas as acções. Porque pensar com as nossas cabeças é assumir, com conhecimento de causa, a plenitude das nossas responsabilidades em relação a nós mesmos, face às exigências da liberdade, da coesão nacional, de desenvolvimento, de justiça social, de integração africana, bem como os nossos deveres para com a comunidade humana no seu todo, tendo em vista a paz, a segurança, a justiça e o bem-estar de todos, numa base de mútuo respeito e de mútua confiança. É também dar provas de imaginação e criatividade, face aos desafios que a evolução actual do mundo nos impõe.»

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

São estes valores que sempre guiaram Amílcar Cabral na sua lúcida luta pela liberdade e a que a CPLP fará jus de se transformar num espaço de cooperação, fraternidade e amizade entre povos que

partilham não só o elemento linguístico - cultural, mas também outros valores comuns que os identificam.

Distintos participantes,
Minhas Senhoras, Meus Senhores

Tendo revisitado os textos de Cabral não podia concordar mais com Luís Moita (volto a citar Luís Moita), « ficamos sem saber o que mais admirar: se a dignidade do homem, se a profundidade do pensador, se a coragem do militante, se a firmeza do político. Todavia, mais importante do que lembrar ou homenagear os mortos temos que manifestar solidariedade com os vivos.» Nessa perspectiva, não posso terminar sem dedicar algumas palavras à contextualização do momento político que vivemos.

É pois incontornável reconhecer que a concepção societária formulada por Cabral encontra hoje uma ilustração mais digna e justa em Cabo Verde. É lugar-comum expressar-se hoje admiração pelo que Cabo Verde tem conseguido erguer como nação e o estado de desenvolvimento já alcançado.

Esta constatação que a todos nós orgulha e mesmo nos exalta, acontece infelizmente em contraponto com um sentimento de frustração perante o grotesco atraso da Guiné – já reputado de Estado violento, de Narco Estado ou até simplesmente de Estado falhado. Dispensando uma avaliação ponderativa dos factores, causas, e as reflexões que se vão multiplicando sobre como romper o ciclo e relançar o país na senda do desenvolvimento, termino simplesmente com uma observação e um pedido

A observação vai no sentido de descobrir, quanto desse sucesso ou naufrágio não terá a ver com o posicionamento dos respectivos regimes ou processos face às formulações teóricas que sustentaram a luta e forjaram a própria nação. Enquanto um se orgulha de criar instituições que mantiveram vivos os ensinamentos de Amílcar Cabral tendo já realizado manifestações de alcance e dimensão universais com a participação de altas individualidades do mundo social e político; eventos visando a actualização e constância do pensamento de Amílcar Cabral, em que os próprios governantes assumem o estatuto de seguidores de Cabral e

fazem disso a sua linha mestra de conduta; outros estiveram ou pelo menos pareceram mais empenhados em condenar Cabral ao esquecimento como se disso dependesse a sua sobrevivência política.

O meu apelo é muito simples e dirigido aos Guineenses. Este é um período bastante complicado das nossas existências – vivemo-la com intensidade variada mas todos levamos connosco cicatrizes bem profundas e bem visíveis. Apesar disso e talvez por isso mesmo, não podemos nem devemos ter vergonha de ser guineenses ao ponto de alguns esconderem mesmo a própria identidade. A tática da avestruz não nos serve. Toda a nossa frustração, todo o nosso desalento, toda a nossa angústia deve motivar-nos a um maior empenho e para a procura da excelência e assim podermos dar uma chance ao país, afinal uma chance a nós mesmos. Já demos prova de sermos capazes de grandes feitos antes da desgraça. O Retomar da caminhada em grande medida depende exclusivamente de nós mesmos.

Muito Obrigado.